



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº 044/2025

Contrato nº 20259046/2025

Interessado: Secretaria Administrativa – CMI

A Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Itaituba/PA apresenta a presente **Justificativa Técnica e Administrativa**, visando à formalização do **1º Termo Aditivo de Vigência** do Contrato nº **20259046/2025**, firmado com a empresa **GDC TECNOLOGIA LTDA**, cujo objeto consiste na implantação e locação de software legislativo e sistemas administrativos integrados.

1. Fundamentação Técnica

Conforme definido no Termo de Referência e no Contrato original, a solução tecnológica contratada atende às seguintes necessidades essenciais da Câmara Municipal:

- Gestão digital de documentos e processos legislativos e administrativos;
- Operação do painel eletrônico de votação e sistema de áudio/microfones;
- Assinatura digital/avançada de documentos;
- Controle de gabinetes, terminal parlamentar e integração com setores internos;
- Transparência institucional, por meio do portal da transparência integrado;
- Agilidade e padronização das rotinas internas de tramitação.

A ferramenta implantada tornou-se indispensável para a rotina desta Casa Legislativa, garantindo eficiência, celeridade, segurança institucional e transparência.

2. Referência ao Relatório do Fiscal do Contrato

O Fiscal do Contrato, **Álvaro Cesa Paiva dos Anjos Machado**, nomeado pela **Portaria nº 203/2025**, emitiu relatório técnico de acompanhamento, no qual atesta que:

- A execução contratual ocorre **regularmente**;
- A contratada cumpre integralmente suas obrigações, prestando suporte e manutenção quando demandada;
- Os sistemas implantados encontram-se em pleno funcionamento, sem registro de falhas graves;
- Não há qualquer forma de inadimplemento por parte da contratada;
- A continuidade do serviço é **indispensável** para o funcionamento administrativo e legislativo da Câmara.

O relatório conclui **favoravelmente** à prorrogação contratual, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

3. Necessidade Administrativa

Diante da essencialidade e da natureza contínua do serviço prestado, é imperativo manter a vigência do contrato para o exercício de 2026, garantindo:

- Continuidade dos serviços legislativos e administrativos;
- Manutenção do fluxo digital de documentos;
- Operação das sessões com painel eletrônico;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

- Integridade e rastreabilidade dos atos oficiais;
- Cumprimento dos princípios da eficiência e continuidade do serviço público.

A interrupção do contrato acarretaria prejuízos significativos à administração, retorno a procedimentos manuais e risco de paralisação de atividades.

4. Fundamentação Legal

A prorrogação contratual encontra respaldo:

- No **art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**, que permite a prorrogação da vigência quando necessária à continuidade dos serviços;
- No relatório favorável emitido pelo Fiscal do Contrato;
- Na **Cláusula Segunda – Vigência** do instrumento contratual, que prevê expressamente a possibilidade de prorrogação;
- Nos princípios constitucionais da **eficiência, continuidade administrativa e economicidade** (art. 37 da CF/88).

Importante ressaltar que **não há alteração de valores**, mantendo-se todas as condições originais do contrato.

5. Conclusão

Diante da execução regular, da essencialidade dos serviços, da comprovação técnica apresentada pelo fiscal e da necessidade pública envolvida, esta Secretaria manifesta-se **favorável à prorrogação da vigência** do Contrato nº **20259046/2025**, pelo período de **01/01/2026 a 31/12/2026**, recomendando a continuidade dos trâmites administrativos para formalização do **1º Termo Aditivo de Vigência**.

Itaituba/PA, 12 de Novembro de 2025.

Manoel Salomão Ferreira da Silva
Secretário Administrativo – CMI